



Tribunal Judicial da Comarca do Porto

ACTA

Reunião do Conselho Consultivo

Handwritten signatures and initials in blue and green ink, including names like 'Cunha', 'Almeida', and 'Cabido'.

DATA: 28 de abril de 2016, pelas 14: 30 horas

LOCAL: Rua de Camões, n.º 155, 4049-074 Porto (nas instalações onde estão instalados o DIAP – Departamento de Investigação e Acção Penal e a 1.ª Secção da Instância Central de Instrução Criminal do Porto).

PRESENTES: Os membros do Conselho Consultivo que a seguir se identificam:

- Juiz Presidente da Comarca do Porto: Dr. José António Rodrigues da Cunha;
- Procurador-Geral Adjunto Coordenador: Dr. Eduardo Gonçalves de Almeida Loureiro;
- Administrador Judiciário: Dr. José Aurélio Cabido;
- Representante dos Magistrados do Ministério Público da Comarca: Dr. João Guerreiro Alves de Simas Santos
- Representante da Ordem dos Advogados: Dr. Rui da Silva Leal;
- Representante da Câmara dos Solicitadores: Dr.ª Alexandra Ferreira;
- Representantes dos Municípios integrados da Comarca do Porto:
 - Dr. Luís Filipe Castro de Araújo (Vice-Presidente da Câmara Municipal de Gondomar);
 - Dr.ª Joana Mafalda Felício Ferreira (Vereadora da Câmara Municipal de Matosinhos).
- Representante da Associação Empresarial de Portugal, Dr.ª Olga Tavares;
- Representante dos Reitores: Prof. Dr. António Francisco de Sousa, em representação do Prof. Dr. Miguel Pestana Vasconcelos;
- Representante dos Consumidores – Associação Portuguesa p/Defesa do Consumidor: Dr. Miguel Dias Gomes;
- Assessor do Juiz Presidente da Comarca: Dr. José Carlos Rodrigues da Fonseca.

AUSENTES:

- Representante dos Juizes da Comarca do Porto: Dr. António Pedro da Costa Gonçalves Nogueira;
- Representante dos Oficiais de Justiça da Comarca do Porto: Secretário de Justiça de Justiça Manuel Fernando Barbosa de Sousa, que comunicou previamente a sua indisponibilidade para comparecer nesta reunião.

APRESENTAÇÃO:

- Atendendo à presente reunião do Conselho Consultivo, apresenta-se em seguida a competente Acta onde se retratam, por súmula, os assuntos submetidos à mesma.

ORDEM DE TRABALHOS:



Tribunal Judicial da Comarca do Porto

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

1. Relatório Semestral 2015/2016 – exposição dos motivos, por súmula, que presidiram à elaboração do Relatório.

3 – Exposição e debate sobre diversos assuntos relacionados com a Comarca do Porto.

Iniciada a reunião, pelas 15:00 horas, pelo Sr. Juiz Presidente da Comarca foram expostos os motivos e situações que presidiram à elaboração do Relatório Semestral 2015/2016.

Procedeu-se, assim, a uma análise de pendências e alusão a dados e elementos estatísticos e a sua correlação com o factor “produtividade”.

Esta análise consubstanciou-se no exame de elementos estatísticos quanto a várias secções que se encontram sedeadas em determinados núcleos, tendo por base os dados estatísticos coligidos e constantes do Relatório Semestral 2015/2016.

Foi, novamente, abordada a problemática da grave carência de funcionários, concretamente, no que fiz respeito às secções do comércio.

O Sr. Juiz Presidente da Comarca fez referência ao facto de estes elementos terem uma enorme relevância, atentos os números obtidos e a conseqüente produtividade, não sendo devidamente valorizada esta circunstância, aliás, bem pelo contrário, desvalorizada.

Seguidamente o Sr. Administrador Judiciário usou da palavra, referindo questões técnicas relacionadas quanto aos números, mais precisamente, quanto à “estatística oficial” pois, quanto a este parâmetro, verifica-se que os processos terminam quando é proferida uma decisão de mérito. Porém, o processo continua os seus trâmites intervindo as secretarias no posterior processado. Aproveitou para referir que a quantidade de processos a correr termos são “grosso modo” o dobro.

Neste momento interveio o Sr. Procurador-Geral Adjunto Coordenador esclarecendo que o Relatório em análise se refere ao serviço judicial, sendo que o serviço do Ministério Público reflecte uma evolução positiva. Refere também que este assinalável ganho de produtividade não é valorizado, fazendo-se transparecer o contrário. Refere, também, que as significativas carências de meios humanos e materiais que se verificam e o seu previsível agravamento não vaticinam “nada de bom”, não se vislumbrando uma evolução positiva no futuro.

Acompanha esta posição o Sr. Juiz Presidente da Comarca referindo que com a ausência de recursos humanos que se verifica, é difícil manter os níveis de produtividade.

Já o Sr. Procurador-Geral Adjunto Coordenador sustenta que, no primeiro ano, por várias circunstâncias, os dados obtidos não correspondiam à realidade, sendo os dados atuais muito mais confiáveis.

[Handwritten notes and signatures in green and black ink]



Tribunal Judicial da Comarca do Porto

Handwritten signatures and notes in blue and green ink, including the name 'Simas Santos' and other illegible markings.

No uso da palavra, o Sr. Procurador-Adjunto, Dr. Simas Santos, sustenta que estes números podem e devem ser vistos em duas vertentes – necessidade *versus* adequação. Refere que este Conselho Consultivo deve intervir junto do Ministério da Justiça alertando para a necessidade de abertura de mais concursos no CEJ e que a atual situação, quanto à planificação e abertura de concursos, é manifestamente insuficiente. Defende que a atual situação deve ser gerida de forma racional atentos os recursos existentes.

Defende, também, que deve haver uma readequação dos quadros existentes.

Quanto a este ponto o Sr. Juiz Presidente da Comarca fundamenta que o que estava errado era o tipo de gestão anterior. A gestão não pode partir da extinção de quadros pois, o que está bem deve manter-se e o que está mal deve ser melhorado. Não deve, por isso, voltar-se à gestão do pretérito.

Continua, referindo que não quer reduzir quadros mas intervir onde é necessário. Pretende uma estabilização da Comarca, com a conseqüente fixação dos números e o poder político deve assumir as suas responsabilidades propiciando um reforço dos quadros, conforme é sua obrigação.

Porém, o Sr. Procurador Adjunto sustenta que pelas pendências, poderá consubstanciar-se num prémio para quem não produz. As entradas de processos devem ser tratadas de forma desigual e as medidas gestionárias devem ser adequadas às respetivas entradas em prol do utente da justiça. Defende uma estabilização dos dados estatísticos e, após, defende a elaboração de uma proposta aos Conselhos para dimensionamento dos quadros de forma adequada e justa.

Sugere que este Conselho Consultivo delibere quanto à necessidade e possibilidade de interpelação do Ministério da Justiça para a imperiosa necessidade de abertura de curso de formação de magistrados, conseqüente aumento dos quadros, bem como, quanto à necessidade de admissão de mais funcionários judiciais.

A proposta apresentada foi desde logo aceite e foi deliberado por unanimidade, por este Conselho Consultivo, a interpelação do Ministério da Justiça nos exatos termos sugeridos.

Agora, o Sr. Procurador-Geral Adjunto Coordenador, intervém referindo que os quadros do MP são muito diferente dos juizes. Existem cerca de 10/11 Magistrados do Ministério Público, afetos ao Quadro Complementar que se destinam ao Distrito do Porto É manifestamente deficitário. Quanto à gestão sugerida pelo Sr. Simas Santos, conta com a sua concordância, defendendo que se deve "*dividir o mal pelas aldeias*". Defende, de igual sorte, um reforço de quadros nos núcleos limítrofes. O poder político deve dotar os Tribunais dos meios necessários. Mais sustenta que CEJ não tem capacidade para formar mais magistrados, prevendo que, em dois a três anos, se jubilem cerca de 200 magistrados do Ministério Público .

O Representante da Ordem dos Advogados, Dr. Rui Silva Leal, neste momento e no uso da palavra, refere que a intervenção dos Magistrados do Ministério Público poderá estar comprometida em todos os atos existentes



Tribunal Judicial da Comarca do Porto

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'F. Car' and '05'.

na fase do inquérito, pois estes deveriam intervir sempre. No entanto, compreende esta circunstância pois, certamente, não há meios humanos para o efeito.

Seguidamente, pelo Sr. Juiz Presidente da Comarca foi feita alusão às obras que se encontram a decorrer na Comarca do Porto, prazos e problemas das instalações, referindo que basta haver vontade política, em algumas situações, para que haja a resolução de determinados problemas.

Informa que em relação ao município da Maia o problema está resolvido. Já quanto ao Comércio de V N Gaia, o problema estará solucionado só para 2018.

Sendo neste momento 16:05 horas, por motivos pessoais/profissionais, ausentou-se o Sr. Prof. Dr. António Francisco de Sousa.

Intervém, agora, a Dr.^a Alexandra Ferreira, referindo que, em seu entender, há uma disparidade em termos de produtividade entre os funcionários de justiça, atentas as pendências existentes nas secções de execução. Há uma diferença muito grande, em termos de produtividade, entre os funcionários da Maia e o Porto, não se justificando, em seu entender.

As estatísticas devem refletir os processos que são tramitados pelos tribunais, defende o Sr. Juiz Presidente. Continua o Sr. Juiz Presidente referindo, que quanto ao processo executivo, deve ser assumido se deve ser tramitado nos Tribunais ou fora.

O Sr. Procurador-Geral Adjunto Coordenador, refere que estas estatísticas referem-se aos processos judiciais *stricto sensu*, São dados para que todos os operadores judiciários concorrem pela sua ação

O Sr. Administrador Judiciário intervém referindo que na Maia, não existindo problemas de espaço foi possível aumentar o quadro. Porém, no Porto é impossível a colocação de mais funcionários. As produtividades elencadas referem-se às estatísticas oficiais e não à das secretarias.

O Sr. Dr. Rui Silva Leal aborda, agora, o tema das validações das notas de honorários em sede de apoio judiciário. Na validação dos honorários no apoio judiciário nas Execuções, Trabalho, Família e Menores verifica-se a existência de atrasos. Requer ao Sr. Administrador Judiciário que sejam sensibilizados os Srs. Funcionários Judiciais para este facto, no sentido de efetuarem essas validações de forma regular e atempada.

Quanto a este tema, o Sr. Administrador Judiciário alerta para o facto de ter sido reportado este problema com referência unicamente aos processos crimes. Refere, também, que houve uma sensibilização para este facto e que devem ser validados aquando do trânsito em julgado. Quanto às execuções não tem conhecimento de problemas de maior.

Outra questão que preocupa o Sr. Dr. Rui Silva Leal, prende-se com a questão dos reclusos que são trazidos para os tribunais, não havendo uma coordenação quanto à realização das diligências,

Handwritten notes and signatures in green ink, including 'Car' and '05'.



Tribunal Judicial da Comarca do Porto

Handwritten notes and signatures in blue ink at the top right of the page.

começando algumas bastante fora de horas. Reclama uma maior coordenação entre as secretarias e o estabelecimento prisional.

O Sr. Juiz Presidente da Comarca percebe a preocupação. Contudo, não se consegue gerir esta questão com os serviços prisionais. Considera que os julgamentos devem ser realizados a horas. Quanto aos EP's, ao que pensa, não têm meios.

Nada havendo mais a tratar, procedeu-se a um agendamento da próxima reunião.

A próxima reunião do Conselho Consultivo realizar-se-á, por acordo entre todos os membros presentes, no próximo **DIA 30 DE JUNHO DE 2016, PELAS 14:30 HORAS**, na Rua de Camões, n.º 155, 4049-074 Porto.

Deu-se, assim, por finda a reunião pelas 16:55 horas.

A presente Ata, vai ser devidamente assinada.

Juiz Presidente da Comarca do Porto,



(Dr. José António Rodrigues da Cunha)

Procurador-Geral Adjunto Coordenador,



(Dr. Eduardo Gonçalves de Almeida Loureiro)

Administrador Judiciário,



(Dr. José Aurélio Cabido)

Representante dos Magistrados do Ministério Público da Comarca,




(Dr. João Guerreiro Alves de Simas Santos)



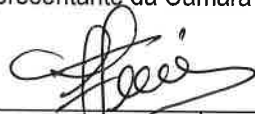
Tribunal Judicial da Comarca do Porto

Representante da Ordem dos Advogados,



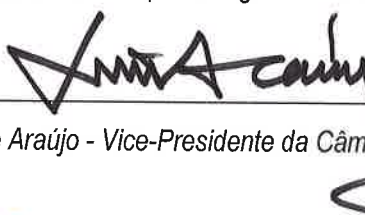
(Dr. Rui da Silva Leal)

Representante da Câmara dos Solicitadores,




(Dr.ª Alexandra Ferreira)

Representantes dos Municípios integrados da Comarca do Porto:



(Dr. Luis Filipe Castro de Araújo - Vice-Presidente da Câmara Municipal de Gondomar)



(Dr.ª Joana Mafalda Felício Ferreira - Vereadora da Câmara Municipal de Matosinhos)

Representante da Associação Empresarial de Portugal,



(Dr.ª Olga Tavares)

Representante do Conselho de Reitores,



(Prof. Dr. António Francisco de Sousa)



Tribunal Judicial da Comarca do Porto

[Handwritten signatures]

Representante dos Consumidores – Associação Portuguesa p/Defesa do Consumidor,

[Handwritten signature]

(Dr. Miguel Dias Gomes)

Assessor do Juiz Presidente da Comarca,

[Handwritten signature]

(Dr. José Carlos Rodrigues da Fonseca)